
MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS
MOVIMIENTO MUNDIAL POR LOS BOSQUES TROPICALES

Secretaria Internacional

Maldonado 1858, Montevideo, Uruguay

Correio eletrônico: wrm@wrm.org.uy

Página web: <http://www.wrm.org.uy>

Editor: Ricardo Carrere

=====

BOLETIM 104 do WRM

Março 2006 - Edição em português

Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês

=====

O TEMA CENTRAL DESTA EDIÇÃO: A BIODIVERSIDADE

A biodiversidade não trata apenas de espécies, habitats e genes: trata da vida e das interações entre as diferentes espécies, incluídos nós, os seres humanos. Nesta edição do Boletim WRM visamos a colocar um rosto humano à biodiversidade, fornecendo informação sobre como alguns atores humanos (a maioria através de corporações) exercem um impacto nas espécies, habitats e genes, e como isto está destruindo os meios de vida e também as vidas de muitos seres humanos que dependem da biodiversidade para sobreviverem. Dividimos o boletim em duas seções --florestas e plantações-- com o objetivo de marcarmos as diferenças entre ambas, as quais, embora seja difícil de acreditar, continuam a ser confundidas por atores “expertos” tais como a FAO, o Fórum das Nações Unidas sobre as Florestas, a Convenção sobre a Mudança Climática e até a Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Neste número:

* NOSSA OPINIÃO

- Convenção sobre Diversidade Biológica: transformará as esperanças em ação?

* AS FLORESTAS, AS COMUNIDADES E A BIODIVERSIDADE

- A inatividade da CDB

- Camboja: uso sustentável da floresta pelos aldeões

- Camarões: destruição legal da biodiversidade das florestas

- Equador: impactos de empresa camaroneira em reserva de mangues

- Peru: o projeto de gás Camisea avança à custa da saúde das comunidades e do ecossistema

- Papua Ocidental: biodiversidade e liberdade

- A recuperação das florestas com e para seus povoadores

* MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Desertos biológicos
- Brasil: no Dia Internacional da Mulher, camponesas protestam contra as monoculturas de eucalipto
- Novo relatório do WRM sobre plantações de árvores com fins industriais no Camboja
- Nicarágua: a Reserva Biológica de Indio Maíz ameaçada por plantações de gmelina-arborea
- Papua Nova Guiné: ONGs locais impugnam empréstimo do Banco Mundial para programa de plantação de dendezeiros
- Laos: gigantes do papel da Índia e do Japão atacam
- Uruguai: o FSC disfarça de verde as monoculturas de árvores
- Árvores GM: os países exigem uma moratória global na COP8 da CBD
- Chile: fábrica de celulose destrói biodiversidade e meios de vida das pessoas

* NOSSA OPINIÃO

- Convenção sobre Diversidade Biológica: transformará as esperanças em ação?

A perda da biodiversidade é rápida e constante. Ao longo dos últimos 50 anos, os seres humanos temos mudado os ecossistemas mais rápida e amplamente do que em qualquer outro período semelhante da história humana. As florestas tropicais, muitas zonas úmidas e outros habitats naturais estão diminuindo de tamanho. As espécies estão se extinguindo mil vezes mais rápido do que no passado. As causas diretas da perda da biodiversidade --mudanças nos habitats, super-exploração, a introdução de espécies invasivas forâneas, a descarga de nutrientes e a mudança climática-- não mostram nenhum sinal de diminuição... Está na hora de transformar nossas esperanças e energias em ação pelo bem de toda forma de vida na Terra.

O escrito acima não é nosso. É uma citação do Secretário Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica --Ahmed Djoghla-- na introdução à “Perspectiva Mundial sobre a Biodiversidade” da Convenção, que foi dada a conhecer no dia 20 de março coincidindo com a sessão inaugural da Conferência das Partes desta Convenção em Curitiba, no Brasil.

Concordamos integralmente com essas expressões e o atual boletim fornece mais provas sobre esse problema.

Porém, pensamos que é necessário salientar duas problemáticas que-- do nosso ponto de vista-- não têm recebido a atenção suficiente no relatório acima mencionado: as monoculturas de árvores e as árvores transgênicas.

Quanto ao primeiro assunto, a Perspectiva Mundial sobre a Biodiversidade menciona que as plantações de árvores têm um baixo valor em biodiversidade”, mas ainda considera que são florestas quando afirma que “a plantação de árvores, a restauração da paisagem e a expansão natural das florestas compensaram em grande medida a perda das áreas com florestas primárias”. Esta opinião é ainda mais evidente na Figura 2.1 (“Mudança neta anual nas áreas florestais por região”) que explica que “A área florestal inclui florestas primárias, florestas naturais modificadas, florestas semi-naturais, plantações produtivas e plantações protetoras” e que “A mudança neta nas áreas

florestais leva em consideração os esforços de florestação e a expansão natural das florestas”. Para todo mundo entender, isto quer dizer que a CBD ainda acredita --contra toda evidência-- que as plantações são florestas.

O anterior contradiz o diagnóstico da situação feito por Ahmed Djoghlaif, quando ele inclui acertadamente a mudança de habitat entre as “causas diretas da perda de biodiversidade”. As plantações de árvores em grande escala implicam mudanças importantes e a destruição de habitats naturais que impactam na biodiversidade. Para começar, a CBD deveria, portanto, diferenciar claramente as florestas das plantações. Entre as plantações, deveria deixar claro que as monoculturas de árvores em grande escala não deveriam ser promovidas ou apoiadas pelos países membros desta Convenção, precisamente porque constituem uma causa direta da perda de biodiversidade.

Quanto às árvores transgênicas, não são mencionadas em absoluto na Perspectiva Mundial sobre a Biodiversidade, apesar de este assunto constituir uma das ameaças mais perigosas para as florestas, as quais abrigam a maioria da biodiversidade terrestre no planeta. A liberação das árvores geneticamente modificadas poluirá irremediável e irreversivelmente os ecossistemas florestais e destruirá a biodiversidade.

Como conseqüência, organizações não governamentais, movimentos sociais, cientistas, grupos indígenas, agricultores, profissionais florestais e outros reclamamos uma proibição mundial contra a liberação comercial das árvores transgênicas. Acreditamos que a CBD é o órgão das Nações Unidas responsável pela implementação da proibição.

As monoculturas de árvores em grande escala destroem a biodiversidade e o meio de vida dos habitantes do local; a liberação das árvores transgênicas agravaria esses impactos e também acrescentaria outros. Na mesma linha das expressões de Ahmed Djoghlaif, acreditamos firmemente que “está na hora de transformar nossas esperanças e energias em ação, pelo bem de toda forma de vida na Terra”, e que nem as monoculturas de árvores, nem as árvores transgênicas são a solução. Esperamos, portanto, que a CBD tome medidas a respeito.

* AS FLORESTAS, AS COMUNIDADES E A BIODIVERSIDADE

- A inatividade da CDB

A situação é muito parecida em muitos países do Sul: as pessoas e as organizações que apoiam estão tentando proteger as florestas contra as alianças entre o governo e as corporações. As bem conhecidas causas da perda de biodiversidade tais como o desmatamento industrial, a prospecção e exploração de combustível fóssil, a mineração, as hidrelétricas, as monoculturas industriais, a construção de estradas e a criação de camarões continuam sendo promovidos para benefício quase exclusivo de grandes corporações.

Além disso, a maioria das causas implícitas do desmatamento e da degradação florestal não só não têm sido tratadas, mas também promovidas através de imposições das

instituições financeiras internacionais nos países do Sul. Até o Banco Mundial reconheceu isto, mas continuou como de costume.

Atualmente, as florestas estão enfrentando uma das ameaças mais perigosas: a possível liberação das árvores geneticamente modificadas.

Neste momento, quando está se realizando a 8ª Conferência das Partes dentro da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), as pessoas têm o direito de perguntar: o que vocês têm feito com esta situação durante os últimos 14 anos? Vocês tentaram verdadeiramente deter esses processos bem conhecidos por todos de destruição da biodiversidade --que é o mandato desta Convenção-- ou fizeram vista grossa a eles? Vocês apoiaram as lutas das comunidades locais para protegerem as florestas ou apoiaram os governos a quem representam na sua repressão e/ou expulsão?

Os artigos a seguir mostram alguns exemplos das muitas problemáticas que teríamos gostado que a CBD tratasse em forma ativa... mas que até agora não tratou. Eles incluem informações sobre a destruição das florestas e suas conseqüências socio-ambientais-- incluída a perda da biodiversidade. Mas, principalmente, mostram a vontade e a capacidade das comunidades locais para utilizarem e protegerem suas florestas. Essas inumeráveis mulheres e homens tentam realizar, na verdade, o que a CBD deveria ter implementado durante todos esses anos. Eles merecem, no mínimo, um forte apoio desta Convenção para assegurar que suas lutas sejam bem-sucedidas, porque a conservação da biodiversidade das florestas agora depende quase exclusivamente deles.

- Camboja: uso sustentável da floresta pelos aldeões

Contrariamente ao enfoque empresarial do tipo “mineiro” a respeito das florestas que invariavelmente implica sua destruição, destacam-se os diferentes usos transmitidos de geração para geração de comunidades indígenas e locais que têm desenvolvido um amplo e profundo conhecimento (além da ciência) da floresta que lhes tem permitido beneficiar-se com ela de forma sustentável.

Os aldeões da comuna de Ansar Chambok, perto do Lago Tonle Sap, são um exemplo disso. Atualmente estimam que aproximadamente a metade de sua renda provém da colheita de produtos florestais, em particular a obtenção de resina. Seguem algumas citações de um recente relatório do WRM (vide detalhes infra), que explicam o manejo florestal por uma comunidade, agora ameaçada por duas poderosas companhias de plantação de árvores: a Wuzhishan e a Green Rich.

“A resina seca e líquida é apanhada de árvores de *trach* e *cheuteal* respectivamente. As duas são espécies de dipterocarpaceas. As árvores devem estar maduras e geralmente ter pelo menos 60 centímetros de diâmetro, para serem utilizadas sem danificar a árvore. Na aldeia Ksach L’eath a maioria dos apanhadores de resina são mulheres que herdaram as árvores de suas mães ou avós como dote.

A resina seca é esmagada até obter um pó fino e é misturada com resina líquida. A pasta resultante é enrolada e embrulhada em folhas secas para fazer archotes ou é misturada com areia e aplicada diretamente em superfícies de madeira para proteger especialmente

botes de pesca. Os archotes de resina são vendidos por 300 até 350 riéis (US\$ 0,074 - 0,08) e a pasta de resina é vendida por 100 até 150 riéis (US\$ 0,025- 0,037) por quilograma, dependendo das quantias e qualidade envolvida.

Os seguintes extratos de entrevistas com apanhadores de resina indicam a importância das árvores de resina para os meios de vida locais:

Apanhador de resina 1: “Eu tenho 35 árvores, tanto de *cheuteal* quanto de *trach*. Tenho mais 100 árvores em reserva, que vou utilizar quando estejam maduras. Eu visito minhas árvores cada três a sete dias. Todo mês, eu posso fazer 350 archotes de resina. Eu herdei minhas grandes árvores de minha mãe, que as herdou de sua mãe. Recentemente, algumas das minhas árvores têm sido cortadas e outras marcadas com tinta vermelha pela companhia [a gigante da plantação de árvores Wuzhishan LS]...”

Apanhador de resina 2: “Eu tenho 70 árvores. Tenho 78 anos de idade e meus pais me ensinaram a extrair resina. Meus filhos são agora apanhadores de resina. Das árvores que estão perto da aldeia eu extraio resina cada três dias; das que estão longe, toda semana. Depois de cada viagem eu posso fazer 40 archotes que troco por arroz e *prahok* [uma pasta de peixe fermentada, alimento básico cambojano]. Minhas 2 hectares de terra não produzem suficiente arroz para alimentar os oito membros de minha família.”

Apanhador de resina 3: “Eu tenho 48 árvores, todas elas são maduras e estão sendo utilizadas. As herdei de minha avó, que me ensinou a extrair a resina. Imediatamente depois do regime do Khmer Rouge eu voltei para a área e recuperei minhas árvores. É o único que eu sei fazer e o único que eu tenho. Toda semana eu posso fazer 50 archotes de resina.”

Apanhador de resina 4: “Tenho medo de perder tudo. Tenho 3 hectares de terras, mas o chefe da aldeia me disse que todas estão dentro na concessão. Eu tinha 50 árvores de resina, mas agora restam apenas 20. Trinta de minhas árvores foram cortadas na semana passada. Não sei quem o fez, mas foram cortadas com machados e serras mecânicas e apenas restam os tocos e coroas, a madeira tem desaparecido.”

“Além da resina, os moradores locais identificaram uma pletera de produtos colhidos na floresta. Várias dezenas de espécies de plantas trepadeiras são colhidas; seus usos são variados e vão desde material para tecer cestas de pesca e ingredientes para medicinas tradicionais, até fibras para cordas. Por exemplo, a trepadeira conhecida como *Voar Trey* (trepadeira do peixe) é utilizada pelos pescadores do Lago Tonle Sap para fabricar armadilhas de pesca. Cem peças são vendidas por 4.000 riéis (USD 1) e uma pessoa pode colher em média 200 até 300 peças em um dia. No entanto, os pescadores estão gradativamente abandonando o uso de trepadeiras para a fabricação de armadilhas de pesca, já que o fornecimento está virando pouco confiável. As armadilhas são feitas agora de materiais sintéticos: plástico e náilon. Ao contrário das plantas trepadeiras, não vão biodegradar-se ao perder-se ou ao serem abandonadas por pescadores no lago. Além disso, a mudança para materiais sintéticos permite uma malha mais fina nas armadilhas, capturando assim peixes jovens e afetando as estruturas de população e padrões de criação”.

Mais de 20 espécies de árvores crescem nas florestas de Ansar Chambok. A maioria dos objetos achados em granjas e casas de famílias rurais cambojanas são feitos pelos

próprios habitantes, geralmente de materiais colhidos em e perto das granjas. Apenas recentemente os produtos de consumo e os aparelhos modernos começaram a ingressar nas casas cambojanas. A madeira é usada para lenha, habitação, móveis, instrumentos musicais e implementos agrícolas, como carretas de boi, vagões de madeira, arados e debulhadores. Os objetos de culto, como por exemplo estátuas, também são feitos com madeira, e em alguns casos, as próprias árvores são objetos de culto. Apesar da atividade madeireira seletiva intensiva que foi levada a cabo na comuna durante a década de 80, os moradores locais estão ansiosos por salientar que a floresta se está regenerando e que nenhuma das espécies de árvores tem desaparecido em nível local. No entanto, há um claro entendimento e uma preocupação a respeito de que numerosas espécies vão extinguir-se em nível local em decorrência do corte rente proposto pela Wuzhishan e a conversão para a plantação de monoculturas”.

“O bambu e o rotim são colhidos para uso doméstico. O bambu é utilizado para a fabricação de pequenos implementos domésticos e móveis, às vezes como uma alternativa à madeira. O rotim é utilizado para cestas, barbantes e móveis. Os aldeões recebem pedidos de fabricantes de móveis e esteiras de províncias vizinhas. Uma peça de rotim é vendida por 300 riéis”.

“Os moradores locais identificaram mais de 26 variedades de frutos da floresta, que são colhidos intensivamente na época e consumidos pelos aldeões e o excedente é vendido aos vendedores dos mercados ou em barracas ao longo da auto-estrada nacional. Muitos cambojanos urbanos consideram, às vezes nostalgicamente, esses frutos como iguarias e podem até viajar longas distâncias para comprá-las. Outros alimentos achados na floresta e consumidos ou vendidos pelos aldeões são brotos de bambu, batatas silvestres e fungos. Os moradores locais foram capazes de identificar 15 variedades de fungos comestíveis que crescem na área e que são apanhados na época própria. De acordo com os Indicadores de Desenvolvimento Humano do UNDP (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 36% dos habitantes do Camboja estão subnutridos, bem como 45 por cento das crianças de menos de cinco anos. As florestas fornecem não apenas alimentos adicionais que muitos cambojanos precisam, mas também às vezes a variedade nutricional que os humanos requerem para estarem saudáveis. A perda da floresta e a variedade de alimentos que fornece deixaria os habitantes de Ansar Chambok ainda mais vulneráveis a deficiências nutricionais”.

“Cada aldeia ou grupo de aldeias em Ansar Chambok têm um Kru Khmer, praticante de medicina tradicional Khmer. O Kru Khmer assiste os nascimentos de crianças, trata doenças e lesões, e afasta os espíritos maléficos ou feitiços que às vezes as pessoas acham que têm sido lançados contra elas. As práticas do Kru Khmer são às vezes uma mistura de rituais mágicos, encantamentos e administração de misturas cujas receitas são determinadas em sonhos. Os segredos do Kru Khmer são zelosamente guardados e são passados de uma geração para a outra aos iniciados. A maioria dos ingredientes para a medicina são achados na floresta”.

A Wuzhishan está invadindo as terras de florestas dessas pessoas, que implicam seus meios de vida, sua cultura, sua memória. No entanto, a resistência local tem conseguido deter, pelo menos temporariamente, o dano. Tomamos o exemplo dessa força e nela colocamos nossas esperanças.

O relatório completo “The death of the Forest: A Report on Wuzhishan's and Green Rich's Plantation activities in Cambodia”, dezembro de 2005, série do WRM sobre plantações de árvores N° 4, está disponível em:

<http://www.wrm.org.uy/countries/Cambodia/BookCambodia.html>

- Camarões: destruição legal da biodiversidade das florestas

A atividade madeireira industrial é uma das principais causas diretas da perda de biodiversidade das florestas. Muitas organizações e governos se têm focalizado na atividade madeireira ilegal e bem menos na atividade madeireira legal destruidora (vide Boletim N° 98 do WRM). Nesse sentido, um relatório recente (“Legal Forest Destruction. The Wide Gap Between Legality and Sustainability” -Destruição legal da floresta. A ampla brecha entre a legalidade e sustentabilidade-) fornece uma perspectiva mais ampla através da análise do comércio de madeira holandês, seu ênfase na legalidade e o impacto da atividade madeireira legal sobre as florestas.

“A legalidade é muitas vezes apresentada como um primeiro passo necessário para a sustentabilidade”, estabelece o relatório, uma idéia que rejeita, apresentando os impactos negativos sociais e ecológicos da atividade madeireira legal que ocasiona a “destruição legal das florestas”, definida como “colheita de madeira e/ou outros produtos florestais de acordo com a legislação nacional, mas que é economicamente, socialmente e/ou ambientalmente prejudicial”. “A legalidade e a sustentabilidade devem estar combinadas” conclui o relatório.

O caso do Camarões é um de dez casos de destruição legal das florestas apresentados pela pesquisa. Na floresta camaronesa da Província do Sudoeste, rica em Azobe (*Lophira alata*), a companhia madeireira nacional CAFECO possui uma licença madeireira para uma área de 2.500 hectares durante um período máximo de três anos -a *Vente de Coupe* (VC) que pode ser renovada duas vezes, cada uma delas por um período de um ano- e sem necessidade de um plano de manejo adequado. Isso faz com que o sistema de VC seja um tipo de operação similar ao da mineração no que a companhia madeireira não sente -e não tem- qualquer responsabilidade no longo prazo pela área, o que implica atividade madeireira insustentável inerente.

O *Centre pour l'Environnement et le Développement - CED* (Centro para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) levou a cabo pesquisas de campo em março de 2005 e achou que as operações madeireiras na VC 11-06-18 eram muito perturbadoras do ponto de vista ecológico e social e claramente insustentáveis. As árvores são derrubadas e abandonadas no local, algumas delas são derrubadas em ladeiras escarpadas, fazendo com que seja arriscado e difícil removê-las. Geralmente, cerca de 18-20 por cento das árvores derrubadas são desaproveitadas. Essa prática, sem ser necessariamente ilegal, contribui com o esgotamento da floresta e conseqüentemente com o distúrbio das funções do ecossistema.

Além disso, grandes caminhos madeireiros não planejados e depósitos temporários de madeira (*parc à bois*) são construídos na floresta, causando sua maior destruição e fragmentação. Os caminhos madeireiros construídos em ladeiras e o uso de pesados buldôzers também aumentam a erosão do solo e a poluição dos recursos hídricos, fazendo com que a água não seja apta para consumo pelos moradores locais.

Os povoados que rodeiam a área -Dipemda, Koba, Ibemi e Mosanja- dependem muito da floresta e de seus recursos para sustentar seus meios de vida. Uma série de espécies de árvores socialmente e culturalmente úteis, como o Djabe ou Moabi (*Baillonella toxisperma*), o Djanssang (*Ricinodendron heudelotii*) e a Manga Africana (*Irvingia gabonensis*) tem sido destruídas pela CAFECO. Essas árvores são utilizadas pelos povoadores locais para obter alimentos e medicinas. Além disso, suas propriedades rurais têm sido destruídas por caminhos. Quinze produtores rurais do povoado Koba denunciaram a destruição de suas propriedades e principalmente dos caules de cacauzeiros (o principal cultivo comercial para as comunidades locais) durante a construção de caminhos.

A pesquisa na área tem evidenciado que as operações madeireiras na VC 11-06-18 contribuem com o empobrecimento das comunidades locais, a destruição de seus meios de vida e a degradação ecológica das florestas tropicais. O fato de que essa atividade madeireira é legal, somente piora a situação.

O relatório completo “Legal Forest Destruction. The Wide Gap Between Legality and Sustainability” está disponível em: <http://www.greenpeace.nl/raw/content/reports/legal-forest-destruction.pdf>

- Equador: impactos de empresa camaroneira em reserva de mangues

A Reserva Ecológica Manglares-Cayapas-Mataje, na província de Esmeraldas possui uma superfície de 51.300 hectares, e dentro dela está o mangue chamado Majagual, com 28.367 hectares. O mangue é hábitat de espécies de crustáceos como a concha, a ostra, o caranguejo azul e o camarão e de espécies de árvores como o mangue-vermelho ou verdadeiro, o preto, o branco e o jeli.

Na década de 50, o mangue Majagual tinha sido talado para extrair o tanino da casca do mangue para utilizá-lo na indústria do curtimento. Depois disso se proibiu o corte e finalmente em 26 de outubro de 1995 se transformou em reserva protegida, reconhecida por ter os mangues mais altos do mundo (em média, mais de 50 metros de altura).

Apesar disso, aceitou-se a existência de duas grandes empresas camaroneiras dentro da Reserva: El Rosario e Puro Congo. O desenvolvimento da criação industrial de camarões costuma ser promovido pelos governos endividados e pressionados pelas instituições financeiras internacionais, para aumentar as exportações e permitir o ingresso de divisas. Mas os fatos sempre evidenciam que essa contabilidade não funciona do mesmo jeito para as economias locais (vide Boletim Nº 51 do WRM).

Estabelecida em 1993, a empresa camaroneira Puro Congo S.A., propriedade do cidadão colombiano Carlos Acosta construiu muros de concreto na praia e abriu ilegalmente canais artificiais de 30 metros de largura por dois metros de altura com o fim de fornecer de água às piscinas. A camaroneira verte suas águas ilegalmente nos esteiros El Aguacate, Guachalá, Majagual e o rio Cayapas, provocando a desaparecimento de mais de 20 espécies nativas e migratórias da área, bem como a diminuição de mais de 70% dos recursos marinhos e costeiros do setor.

A organização comunitária *Asociación de Pescadores Artesanales y de Comercialización de Productos Bio-Acuáticos Manglares del Norte - APACOBIMN* (Associação de Pescadores Artesanais e de Comércio de Produtos Bio-aquáticos Mangues do Norte) tem denunciado reiteradamente a destruição do mangue, a poluição e a salinização de águas subterrâneas e superficiais da Zona Úmida Laguna de la Ciudad e dos poços das comunidades vizinhas pelas atividades da empresa camaroneira, bem como por seus impactos sobre a fauna, já que tem envenenado milhões de peixes e dizimado iguanas verdes, aves nativas e migratórias e mamíferos terrestres e aquáticos. Mas apesar das constantes denúncias, a empresa Puro Congo tem a intenção de ampliar-se mais 300 hectares na Zona Úmida Laguna de la Ciudad, dentro de Majagual e obter a concessão da área por dez anos.

As autoridades ambientais nacionais verificaram as denúncias e recomendaram que o Ministério ordenasse o fechamento dos canais e que os responsáveis do dano pagassem o custo de recuperação da zona úmida e as correspondentes indenizações. Mas o Ministério não tem adotado qualquer medida nesse sentido.

Por sua vez, a *Coordinadora Nacional para la Defensa del Ecosistema Manglar - C-CONDEM* (Coordenadoria Nacional para a Defesa do Ecosistema dos Mangues) denuncia que, como retaliação pelas denúncias realizadas, vários prédios das comunidades vizinhas sofreram danos. Junto com a APACOBIMN, a C-CONDEM exige que não seja autorizada a extensão da concessão pedida pela empresa camaroneira.

Os dois mangues mais altos do mundo -dois colossos do mangue Majagual, da variedade de *Rhizophora* (mangue-vermelho) de 65 e 63,8 metros- caíram há nove meses um deles e há quatro meses o outro. Apesar de que foi dito que morreram “de velhos” a C-CONDEM denuncia que a erosão progressiva dos esteiros e das praias -já que enormes massas de água são captadas para o serviço das piscinas camaroneiras, tratando-se de drenagens para uma camaroneira de 630 hectares- é a verdadeira causa da morte dos exemplares únicos no mundo.

Artigo baseado em informação obtida de: “Manglares más altos del mundo no mueren de viejos, los mata la camaronera Puro Congo”, C-CONDEM, Boletim à imprensa, 13-02-2006, e-mail: manglares@ccondem.org.ec; “Luto por los mangles más altos del mundo”, Manuel Toro, 22 de janeiro de 2006; os dois artigos distribuídos pela Rede Mangue Internacional, Boletim Eletrônico #28.

- Peru: o projeto de gás Camisea avança à custa da saúde das comunidades e do ecossistema

Com um custo de 1,6 bilhões de dólares, o megaprojeto Camisea para a extração de gás natural na área localizada às margens do rio Camisea, uma das mais ricas em biodiversidade no mundo, conta com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como principal financiador público. Mas não foi nada bom para as comunidades locais. Como foi denunciado no Boletim N° 95 do WRM, o projeto Camisea será feito à custa da destruição dos bosques, a poluição dos rios, a poluição sonora, a erosão dos solos e a conseqüente degradação da flora e fauna na área de influência do projeto.

O projeto tinha tido quatro derramamentos em seus 15 meses de operações. As negociações para decidir os montantes da compensação pelo impacto ambiental dos derramamentos ainda eram motivo de denúncia pública, por considerar que não respeitavam os direitos dos indígenas. Um exemplo ao respeito é o seguinte documento, que diz: “Através da presente Ata de Doação, a agência de Coordenação de Relações Comunitárias da Região Selva TGP, em nome do projeto Camisea, faz entrega do seguinte: seis sacas de arroz, quatro sacas de açúcar, 30 quilos de sal, 50 litros de óleo, 100 quilos de macarrões, oito caixas de atum, quatro caixas de leite, 40 quilos de legumes secos, 100 quilos de cebola e 20 quilos de alhos. Esta doação faz parte de um gesto de solidariedade e de boa vizinhança da empresa com as famílias da comunidade nativa, como previsão dos prejuízos pelo incidente do derramamento no KP 50, que aconteceu no dia 24 de novembro de 2005. A entrega se faz para cinco dias”. Este é o documento dos mantimentos entregues nas áreas afetadas pelo derramamento para uma comunidade que tem uma população de uns quinhentos habitantes.

Com isto ainda quente na opinião pública, no dia 4 de março aconteceu um novo derramamento no quilômetro 123, no setor denominado Manatarushiato, a escassos cinco quilômetros ao norte do povoado de Kepashiato, distrito de Echarati, na província La Convención, Cusco.

A empresa internacional Transportadora de Gás do Peru (TGP) --responsável pelo gasoduto-- confirmou o derramamento --o quinto do projeto Camisea-- de aproximadamente 750 metros cúbicos de gás líquido que teriam sido consumidos pelo fogo produzido por uma falha no ponto de rompimento.

As labaredas de 20 metros de altura reduziram a cinzas a casa de Felipe Ticona e provocaram queimaduras de segundo e terceiro grau em Nancy Rosalvina Ticona e Carlos e Freddy Huaman Ticona, de 11 e 7 anos respectivamente. O incêndio também destruiu vários hectares de terras de cultivo e florestas vizinhas ao local, e provocou a morte de animais. O prefeito Martín Huamán, pediu para a população evitar consumir água e peixes do rio Cumperuciato, pois suas águas estariam poluídas com materiais tóxicos.

O projeto Camisea também é levado a cabo à custa da vida e da saúde dos povos indígenas cujo território coincide em uma terceira parte com o da concessão do gás de Camisea, como foi denunciado pela Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana – AIDSESP.

Um relatório da Defensoria do Povo do Peru --"O projeto Camisea e seus efeitos nos direitos das pessoas"-- denuncia que os direitos fundamentais das comunidades nativas assentadas ao redor da jazida de gás de Camisea foram afetados pelas companhias estrangeiras que operam na floresta amazônica. Contém também acusações demolidoras sobre a atuação do Estado peruano em relação com a defesa da vida dos habitantes da Reserva Territorial Nahua-Kugapakori, no sul do país, onde irrompeu o consórcio Transportadora de Gás do Peru (TGP), que ganhou a concessão do gás de Camisea. As empresas sócias da TGP são a PlusPetrol e a Techint, da Argentina, a texana Hunt Oil, a estatal argelina Sonatrach e a sul-coreana SK Corporation.

O projeto afeta comunidades nativas em isolamento voluntário e em situação de contato inicial tais como os Nahua, Matsiguenga (ou Machiguengas), Nanti e Yora ou

Kugapakori. Estas comunidades "são particularmente vulneráveis perante as infecções respiratórias e gastrointestinais"; além disso "sua identidade cultural encontra-se submetida a mudanças que minam sua auto-estima", adverte-se no referido relatório.

A Defensoria consigna que entre 2001 e 2003 morreram de gripe 17 pessoas integrantes de comunidades nativas em contato inicial, e que tinham recebido visitas de trabalhadores das companhias. Até foram registrados 16 casos de sífilis nas comunidades nativas de Camisea e Shivacoreni. As comunidades atribuem estes fatos ao surgimento de bordéis perto dos acampamentos da empresa Techint (encarregada da construção do gasoduto), assinala o relatório da Defensoria.

Por sua vez, a AIDSESEP denuncia “a falta de consulta ou de consentimento prévio e informado das políticas, medidas legislativas, administrativas, de programas ou projetos que envolvem nossos povos indígenas. Diante destes esquecimentos, indiferença e desídias, os povos indígenas já temos perdido a confiança na vigência do sistema democrático, e em muitos casos já existem reações diretas frente ao fato de serem afetados seus direitos coletivos, na imposição de lotes ‘negociáveis’ como concessões sobre território ancestral indígena”. “..o Estado impôs a exploração de nossos recursos naturais no interior de nossos territórios ancestrais, cuja propriedade ostentamos desde antes da colonização e desde antes da formação do Estado nacional atual, por quanto declaramos nossos territórios como sempre foram: imprescritíveis, inalienáveis, impenhoráveis e inexpropriáveis.

A suposta “modernização” anunciada por megaprojetos como é o gasoduto Camisea, acaba, mais cedo do que tarde, mostrando sua verdadeira face de destruição, doença e morte.

Artigo baseado em informação obtida de: “Projeto Camisea, mostra de improvisação: atenta contra os direitos de povos indígenas”, Pronunciamento da Associação Interétnica De Desenvolvimento Da Selva Peruana, distribuído pela lista eletrônica PERU & WORLD: Amig@s de l@s Ashaninka; “Pedem suspender Camisea após o quinto derramamento acontecido ontem”, Servindi, 5 de março de 2006, endereço eletrônico: servindi@servindi.org; www.servindi.org; “Direitos indígenas violados por gasoduto de Camisea”, Ángel Páez, IPS, distribuído pela lista [prensaamb-alc]

- Papua Ocidental: biodiversidade e liberdade

Mais cedo neste ano aconteceu uma coisa estranha: a Papua Ocidental fez manchete. A notícia foi a descoberta de uma nova espécie de pássaro papa-mel, um pássaro “perdido” do paraíso, um canguru dourado quase extinto, 20 novas espécies de rãs, quatro novas borboletas e cinco novas espécies de palmeiras. As espécies foram achadas durante uma expedição às Montanhas de Foja organizada pela Conservation International e o Instituto Indonésio de Ciências. “É o mais próximo de um Jardim do Éden na Terra” disse Bruce Beehler, que co-dirigiu o grupo. Suas palavras foram cuidadosamente publicadas em jornais do mundo inteiro.

O fato de que a Papua Ocidental é uma terra ocupada raras vezes é notícia. Deveria ser. As 250 tribos que têm morado lá por cerca de 40.000 anos não têm o direito de eleger seu próprio governo. Elas têm pouco controle sobre sua terra e seus recursos. O país

está repleto de soldados indonésios procurando o menor sinal de resistência. Se alguém sugerir que os habitantes da Papua Ocidental deveriam ser livres, será torturado ou assassinado. Filep Karma e Yusak Pakage estão cumprindo penas de prisão de 15 e 10 anos por içar a bandeira da Papua Ocidental. O país está fechado para os jornalistas e monitores de direitos humanos.

A Papua Ocidental estava sob o controle holandês quando a Indonésia se transformou em uma nova nação estado em 1949. Permaneceu assim até 1961, quando a Papua Ocidental organizou um congresso e declarou o país independente.

A Indonésia invadiu poucos meses depois. John F. Kennedy aprovou a ocupação do governo indonésio, e descreveu seus habitantes como “da idade da pedra”. As Nações Unidas intervieram. Em 1969, sete anos depois de que a Indonésia tivesse invadido o país, os habitantes conseguiram votar. Isto é, cerca de 1.000 deles, escolhidos pelo exército indonésio para representar a população de um milhão conseguiram votar. Antes de votar, os soldados ameaçaram eles e suas famílias com a morte, se eles votarem erradamente. O resultado foi um voto unânime para o domínio indonésio. Para sua vergonha, as Nações Unidas ratificaram o resultado.

Desde a época, a Indonésia tem tentado destruir a cultura da Papua Ocidental. As estimativas das pessoas assassinadas desde a ocupação vão de 100.000 até 800.000. Em uma tentativa para dominar a cultura da Papua Ocidental, o governo indonésio tem deslocado cerca de um milhão de pessoas para acampamentos de transmigração no meio da floresta.

A Indonésia vendeu o petróleo, o ouro, o cobre, a madeira e o gás da Papua Ocidental para companhias estrangeiras ou indonésias.

As florestas da Papua Ocidental cobrem uma área de aproximadamente 34,6 milhões de hectares, das que a Indonésia declarou quase 28 milhões de hectares como florestas de produção. As companhias madeireiras ingressaram com apoio militar e abusos aos direitos humanos associados. Nos últimos anos, a atividade madeireira se tem acelerado, enquanto as florestas de Sumatra, Sulawesi e Kalimantan são derrubadas.

Em dezembro de 2005, o Banco Asiático de Desenvolvimento aprovou a outorga de USD 350 milhões para uma usina de extração de gás e de processamento de gás liquefeito de USD 5,5 bilhões, que está sendo desenvolvida pela gigante multinacional do petróleo BP no Golfo de Bintuni. O projeto da BP ameaça mangues, pescarias e meios de vida locais. Enfrenta a oposição de muitos habitantes da Papua Ocidental porque a Indonésia não tem o direito de tomar decisões sobre os recursos de seu território.

A mina de Grasberg na Papua Ocidental é a maior mina de ouro e cobre do mundo. É operada por uma subsidiária da Freeport-McMoRan, sediada nos EUA. A Freeport é o maior contribuinte do governo indonésio. Mas poucos habitantes da Papua Ocidental recebem qualquer benefício. Milhares de pessoas têm sido deslocadas ou mortas para deixar o caminho livre para a mina. As pessoas que moram perto da mina sofrem de abusos aos direitos humanos perpetrados pelas forças de segurança indonésias contratadas pela companhia para proteger suas operações. A Freeport tem removido uma montanha sagrada, deixando uma vasta cratera e um sistema fluvial poluído.

Em 16 de março de 2006, cinco membros das forças de segurança foram mortos depois de que uma marcha pacífica na capital Jayapura contra a Freeport se tornasse violenta. Um civil também foi morto. As denúncias no sítio web da TAPOL, Campanha Indonésia pelos Direitos Humanos indicam que a violência começou quando a polícia atirou, possivelmente balas de borracha, aos que marchavam e usou gás lacrimogêneo e veículos blindados para dissipar os manifestantes. Pelo menos 57 pessoas foram prendidas. Durante os dias seguintes à marcha, a polícia atirou para dormitórios de estudantes e bateu em pessoas que tinha detido. Aproximadamente 1.200 estudantes fugiram para as montanhas próximas a Jayapura para escapar das represálias da polícia.

Em uma mensagem de apoio à campanha Free West Papua, sediada no Reino Unido, Noam Chomsky escreve, “Os crimes perpetrados contra o povo da Papua Ocidental são os mais vergonhosos dos últimos anos. Os poderes ocidentais têm muito do que responsabilizar-se, e pelo menos deveriam usar seus amplos meios para facilitar a retirada do exército indonésio ocupante e a terminação da vergonhosa exploração de recursos e destruição do meio ambiente e das vidas e sociedades do povo da Papua Ocidental que já tem sofrido demais.”

Talvez Bruce Beehler, co-líder da expedição da Conservation International e do Instituto Indonésio de Ciências deveria observar com mais atenção a Papua Ocidental. Talvez poderia descobrir que o país é mais parecido com o inferno na terra que com o Jardim do Éden..

Por Chris Lang, e-mail: chrislang@t-online.de, www.chrislang.blogspot.com

- A recuperação das florestas com e para seus povoadores

A destruição das florestas muitas vezes criou situações tão graves que, empresários e funcionários, acuados pelas denúncias, pelas pressões sociais, ou pela pressão de setores empresariais que vêm seus interesses ameaçados pelo desprestígio de suas atividades, estão desenvolvendo seu próprio discurso de solução ambiental.

Passaram da negação absoluta dos prejuízos, a tentar responsabilizar às vítimas; desse modo, com o discurso, pretendem mudar a realidade, mostrando estatísticas dos sucessos empresariais em matéria ambiental e social. Porém, como a gravidade dos impactos é impossível de ocultar, agora fala-se em compensações e em programas de remediação ambiental.

As empresas têm um discurso e propostas para confundir e muitos, por ingenuidade ou conveniência, caem na armadilha.

Os processos destrutivos são chamados de “risco ambiental” (como se o impacto pudesse não acontecer). A superação deles é chamada de “remediação” (fazendo um paralelismo com a solução dos remédios). As reclamações surgidas dos prejuízos à propriedade ou de prejuízos irreparáveis são chamadas de “compensação”.

Com esses três conceitos pretende-se pôr de lado os prejuízos existentes, a dignidade das pessoas e os direitos à justiça e equidade.

Pretende-se ignorar que quando a natureza é afetada, as conseqüências podem ser acumulativas, podem acontecer efeitos em cascata nos ecossistemas, que podem passar despercebidos no começo, mas que são catastróficos no médio e longo prazo.

Já não adianta o argumento de que as reclamações das pessoas são devidas a outras condições (como a pobreza, a falta de educação e de saúde), e o argumento retorna a eles como um bumerangue, já que agora fica claro que essas condições são devidas justamente aos processos destrutivos do ambiente.

Do ponto de vista das comunidades, a reparação faz parte da denúncia. Se existe prejuízo tem que ser denunciado, e a denúncia é feita porque a gente quer parar o prejuízo e se o prejuízo já foi feito, tem que ser reparado. Mas se a reparação não é controlada, as comunidades podem perder duas vezes.

Um dos grandes vazios que existem, tanto dentro das ciências, quanto da política ou do próprio manejo das comunidades, é saber o que é reparação, quais são seus alcances, quem deve reparar o prejuízo, como devem ser recuperados os locais afetados. Quer dizer que se trata sem dúvida de um problema essencialmente político e não simplesmente técnico.

Nesse quadro, a Red Oilwatch elaborou um protocolo sobre responsabilidade civil e recuperação, apresentado na Conferência das Partes do Convênio sobre Diversidade Biológica que se reúne neste mês no Brasil, a fim de que seja adotado por esse processo internacional. Embora este protocolo tenha sido pensado para locais com exploração petrolífera, ele pode ser aplicado em todos os processos destrutivos da biodiversidade. Este protocolo descreve responsabilidades, tanto para os atores da destruição (geralmente empresas), quanto para os responsáveis do controle (os Estados), sem que umas excluam as outras. O documento está disponível em <http://www.wrm.org.uy/actores/CBD/oilwatch.html>

Propõe-se que uma vez que o prejuízo aconteça, a restauração deve ser um processo que permita reconstruir o tecido social e não fragmentar, dividir, desorientar as comunidades ou, ainda pior, submetê-las a novas pressões. Do mesmo modo, a superação do prejuízo deve ser vista com critérios ecológicos.

Propõe-se um papel protagônico das comunidades, não só por conhecimento e por direito, mas também porque a recuperação deve permitir fortalecer as comunidades e suas organizações.

Do mesmo jeito que num primeiro momento ficou claro que a denúncia devia ficar nas mãos das pessoas afetadas, que ninguém melhor do que elas para falar dos problemas, dos impactos sociais, culturais e econômicos, a recuperação deve ter como centro essas mesmas comunidades. Caso contrário, uma parte fundamental do prejuízo (mesmo assumindo boas intenções e boas técnicas na reparação) não estaria sendo superada: aquela que diz respeito aos direitos de as pessoas decidirem sobre sua vida e seu futuro.

Por: Esperanza Martínez, Oilwatch, endereço eletrônico: tegantai@oilwatch.org.ec, <http://www.oilwatch.org.ec>

* MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Desertos biológicos

As plantações de eucalipto, pinheiro, acácia, gmelina, teka e dendezeiro têm se tornado um grave problema social e ambiental. Do ponto de vista da biodiversidade, elas eliminam a maioria das plantas autóctones e quase não fornecem alimento para a fauna. Algumas espécies de árvores utilizadas nas plantações invadem e prejudicam os ecossistemas naturais. Apesar disso, elas continuam a ser promovidas, especialmente no Sul, para a produção de matéria-prima barata principalmente para as fábricas de papel/celulose e as indústrias de azeite de dendê.

As pessoas que se opõem a elas enfrentam represálias, que vão desde a expulsão, ameaças e criminalização, até a franca repressão ou inclusive a morte. Por outro lado, as empresas florestais recebem o apoio total dos governos, enquanto as plantações em si próprias passam a ter credibilidade científica ao serem definidas por instituições supostamente expertas (a FAO, por exemplo) como “florestas plantadas” ou “plantações florestais”.

Para tornar as coisas piores, até o Conselho de Manejo Florestal --um programa de certificação promovido pelas ONGs para a proteção das florestas -- já certificou centenas de plantações que nunca deveriam ter sido certificadas, e assim fortaleceu essas mesmas empresas contra as quais as pessoas estão lutando.

Mas as empresas nunca estão satisfeitas: nem sequer com o rápido crescimento do eucalipto. Elas querem que as árvores cresçam ainda mais rápido, sejam resistentes aos herbicidas, atuem como inseticidas, contenham mais celulose e não tenham flores nem sementes. Agora então elas estão orientadas à engenharia genética das árvores para adaptá-las a suas necessidades.

Os artigos a seguir fornecem provas sobre estes problemas traçados acima, mas eles constituem só uma pequena amostra da informação que o WRM tem documentado e difundido durante muitos anos, a maioria com base na experiência direta das populações afetadas pelas plantações. As provas são tão contundentes que não podem ser mais desconsideradas. Como foi expressado no editorial deste boletim, esperamos que a CBD comece a tomar medidas a respeito.

- Brasil: no Dia Internacional da Mulher, camponesas protestam contra as monoculturas de eucalipto

No Dia Internacional da Mulher aconteceu uma celebração inusual no Brasil. Na madrugada do passado 8 de março, cerca de 2 mil agricultoras ligadas à organização Via Campesina realizaram uma ação relâmpago nas dependências da Aracruz Celulose, no município de Barra do Ribeiro, perto de Porto Alegre. O estabelecimento Barba Negra é a principal unidade de produção de mudas de eucalipto e pinus da empresa para abastecer sua fábrica de Guaíba e possui até um laboratório de clonagem de mudas.

A expansão da monocultura do eucalipto no Estado do Rio Grande do Sul vem transformando a região em um “deserto verde” improdutivo do ponto de vista da soberania alimentar. De acordo com Cristiane Gomes, coordenadora nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), a crítica aos “desertos verdes” que ocupam grandes extensões de terra que poderiam ser utilizadas para a produção de alimentos pelas famílias que aguardam a reforma agrária está fortalecendo-se entre os movimentos sociais. De outro lado, as plantações industriais de eucalipto deterioram o solo e consomem muita água: cada pé de eucalipto pode consumir 30 litros diários de água.

A Aracruz Celulose é a que possui a maior extensão de monoculturas industriais de eucaliptos: mais de 250 mil hectares plantadas em terras próprias. Só no Rio Grande do Sul já são 50 mil. Com outras duas empresas - a Votorantim e a Stora Enso- já atinge 250.000 hectares a superfície ocupada pelos eucaliptos no Estado. As fábricas da Aracruz Celulose produzem 2,4 milhões de toneladas anuais de celulose branqueada, poluindo o ar e a água e prejudicando a saúde humana.

De acordo com a Via Campesina, as plantações de eucalipto geram apenas um emprego cada 185 hectares, enquanto a pequena propriedade gera um emprego por hectare. No entanto, a Aracruz Celulose é a empresa agroindustrial que recebe mais fundos públicos: aproximadamente um bilhão de dólares nos últimos três anos.

“Se o deserto verde continuar crescendo em breve vai faltar água para bebermos e terra para produzir alimentos. Não conseguimos entender como um governo que quer acabar com a fome patrocina o deserto verde ao invés de investir na Reforma Agrária e na Agricultura Camponesa.”, diz o manifesto da Via Campesina, redigido especialmente para ser entregue aos participantes da II Conferência Internacional da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) da FAO.

Reagindo contra esse processo foi que as mulheres chegaram em 37 ônibus aos viveiros onde a empresa prepara as mudas de eucaliptos para as gigantescas plantações industriais que abastecem sua produção de celulose. Na madrugada e por 20 minutos o grupo destruiu várias estufas e aproximadamente 8 milhões de mudas de eucalipto. Depois voltou para Porto Alegre, para participar na marcha organizada pela Via Campesina para comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Junto com os aproximadamente 1.500 integrantes do acampamento da Via Campesina Brasil montado nessa semana por ocasião da referida conferência CIRADR, marcharam cerca de 5 quilômetros até o local do evento da FAO, para entregar aos representantes dos 81 países presentes sua declaração sobre reforma agrária e desenvolvimento rural. Ao chegar, a Brigada Militar tentou impedir a aproximação das mulheres à entrada. Finalmente, representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da FAO conseguiram liberar a entrada de 50 representantes. A ministra de Zimbábue, que presidia a plenária, interrompeu a sessão para ceder a palavra a duas militantes da Via Campesina, que leram um manifesto do movimento.

“Somos contra os desertos verdes, as enormes plantações de eucalipto, acácia e pinus para celulose, que cobrem milhares de hectares no Brasil e na América Latina. Só no estado do Rio Grande do Sul já são 200 mil hectares de eucalipto. Onde o deserto verde avança, a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a

enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana”, dizem as mulheres no manifesto da Via Campesina. Também exprimiram sua solidariedade com os povos indígenas cujas terras foram invadidas pela Aracruz Celulose no Estado do Espírito Santo (vide Boletim Nº 102 do WRM)

A ação provocou irados protestos de diferentes órgãos do Estado e similares reações nos principais meios de comunicação e inclusive de várias organizações não governamentais. No entanto, quando a Aracruz rouba as terras dos indígenas Tupinikim e Guarani e os despeja à força, quando ocupa milhares de hectares de terras produtivas e as planta com eucaliptos, quando essas plantações secam as fontes de água, quando suas fábricas de celulose poluem os cursos de água, atua com o beneplácito do governo e sem a oposição desses meios de comunicação e dessas organizações que hoje atacam a ação das mulheres da Via Campesina. A verdadeira pergunta deveria ser: quem atacou primeiro?

Artigo baseado em informação obtida de: “[8 DE MARÇO] Mulheres da Via Campesina ocupam fazenda da Aracruz no RS”, Via Campesina, 08/03/2006, http://viacampesina.org/main_sp/index.php; “As lágrimas da Aracruz e a coragem das mulheres camponesas”, Cristiano Navarro, Conselho Indigenista Missionário, <http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=1800&eid=259>

- Novo relatório do WRM sobre plantações de árvores com fins industriais no Camboja

Neste mês o WRM publica um novo relatório titulado “The death of the forest: A report on Wuzhishan's and Green Rich's tree plantation activities in Cambodia” (A morte da floresta: um relatório sobre as atividades de plantação de árvores da Wuzhishan e da Green Rich no Camboja). O relatório registra o impacto das plantações de árvores de duas companhias sobre as comunidades locais e seus meios de vida. Por razões de segurança, os pesquisadores do relatório desejam manter o anonimato.

O ano de 2005 foi outro ano funesto para a democracia no Camboja. O Primeiro Ministro Hun Sen utilizou litígios por difamação para prender ou intimidar membros da oposição política, a mídia, os sindicatos e as ONGs.

Depois, em janeiro de 2006, Hun Sen pôs em liberdade quatro ativistas pelos direitos humanos mediante fiança. Anunciou planos para mudar a lei sobre difamação. Em fevereiro, o líder da oposição Sam Rainsy voltou para o Camboja, depois de um ano de exílio na França. E em março, Hun Sen prometeu ser linha dura com a corrupção e apressar as mudanças no sistema judiciário.

Lamentavelmente, esse é um ritual familiar. Cerca da metade do orçamento anual do Camboja tem a forma de ajuda estrangeira. Pouco antes da Reunião do Grupo Consultivo, onde as agências de ajuda decidem quanto dinheiro outorgar para o Camboja, Hun Sen promete baixar a repressão, a corrupção, a destruição das florestas e os atos nefastos em geral. As agências de ajuda têm seu papel no ritual e simulam ter esquecido que Hun Sen fez essas mesmas promessas justamente antes da anterior Reunião do Grupo Consultivo.

Em dezembro de 2004, na última Reunião do Grupo Consultivo, o governo de Hun Sen se comprometeu a cumprir uma série de objetivos (ou Indicadores de Monitorização Conjuntos, no jargão do Grupo Consultivo). O Diretor de País do Banco Mundial, Ian Porter diz que os Indicadores de Monitorização Conjuntos “são um passo na direção correta para fortalecer as associações para a reforma e para trabalhar com objetivos comuns de sistemas fortalecidos de prestação de contas no Camboja.”

Vamos analisar um exemplo da aparência da prestação de contas no Camboja. Em dezembro de 2004, o governo prometeu “Aumentar a transparência do manejo pelo estado dos recursos naturais através da imediata divulgação pública de contratos existentes e situação de cumprimento (royalties e outras disposições chave) de contratos relativos às concessões econômicas de terras, concessões mineiras, lotes de pesca e divulgação contínua da situação da revisão das concessões florestais.”

O governo não divulgou os contratos. Pelo contrário, o Ministro da Agricultura divulgou dados incompletos de apenas algumas das concessões de terras.

Já nos Indicadores de Monitorização Conjuntos de 2006 o objetivo está debilitado. Não se faz qualquer menção à divulgação de contratos. Pede-se ao governo que “divulgue toda a informação pertinente do setor sobre as atividades dos órgãos do governo”. Não se explica quem decide o que é “pertinente”. A informação vai ser publicada “periodicamente” no sítio web do Grupo Técnico de Trabalho sobre Florestamento e Meio Ambiente. A palavra “periodicamente” fica sem definição.

Na Reunião de 2006 do Grupo Consultivo, as agências de ajuda prometeram desembolsar USD 601 milhões, ainda mais que os USD 504 milhões que ajustaram outorgar em 2004.

Hun Sen tem ficado com o poder no Camboja por mais de 20 anos. Inclusive depois de perder as eleições patrocinadas pelas Nações Unidas em 1993, ele se aferrou ao poder através de uma coalizão com seu oponente político Norodom Ranariddh. Em 1997 ele expulsou Ranariddh em um sangrento golpe de estado. Entre o golpe e as eleições no ano seguinte, Hun Sen entregou mais de um milhão de hectares em concessões madeireiras e concessões de terras. Entre julho de 2003 e julho de 2004, durante outro impasse político que evitou a formação de um governo, o Partido Popular Cambojano de Hun Sen entregou ainda mais terras. Várias dessas concessões são para plantações de árvores em grande escala com fins industriais.

A Pheapimex, uma notória companhia madeireira, se tem beneficiado com muitas das concessões de Hun Sen. A Pheapimex controla um total de sete por cento da área de terras do Camboja. A companhia é propriedade de Chheung Sopheap, uma amiga íntima de Hun Sen. O marido dela, Lau Meng Khin é diretor da Wuzhishan, que em 2004 começou a derrubar florestas em uma concessão de plantação de 315.000 hectares, originalmente outorgada à Pheapimex.

Escrevendo na revista Mother Jones neste mês, Scott Carrier descreve assim o sistema político no Camboja: “com forma de pirâmide, onde as pessoas do vértice podem perpetrar crimes indizíveis e as pessoas da base não têm qualquer direito. O dinheiro, sob a forma de subornos e extorsões flui para o cume da pirâmide e a violência vai para baixo. É o mecanismo cultural da impunidade.”

Carrier está escrevendo sobre escravidão, mas sua descrição da corrupção política no Camboja explica de que forma o primeiro ministro Hun Sen tem conseguido entregar impunemente vastas áreas de terras do Camboja para seus associados comerciais e amigos. O que não explica é porque ano trás ano, as agências de ajuda aceitam jogar dinheiro para um dos governos mais corruptos do planeta.

O relatório "The death of the forest: A report on Wuzhishan's and Green Rich's tree plantation activities in Cambodia" está disponível em:

<http://www.wrm.org.uy/countries/Cambodia/BookCambodia.html>.

- Nicarágua: a Reserva Biológica de Indio Maíz ameaçada por plantações de gmelina-arborea

Na região sudeste da Nicarágua, em uma extensão de 3.180km², encontra-se a Reserva Biológica de Indio Maíz, que deve seu nome aos rios Indio e Maíz. É uma das reservas de biosfera mais importantes do país e contém um floresta úmida tropical, zonas úmidas e lagoas que abrigam uma fauna diversa: onças, *águias Mayor*, araras da espécie *ambigua*, peixes-boi, tubarões-martelo e crocodilos. Na floresta há árvores como cedros, mognos, amendoeiras, nespereiras, acariquaras, catiguás, entre outros.

Mas a floresta e a rica diversidade que nela habita estão ameaçadas por uma atividade que é bastante contraditória com o conceito de “reserva”. De acordo com as denúncias das organizações nicaragüenses juvenis Jovens em Ação e Comunidade Ambientalista, na floresta secundária (de mais de 20 anos) da zona de amortecimento da reserva, a empresa costa-riquenha Maderas Cultivadas de Costa Rica S.A. estabeleceu plantações florestais de monoculturas de teca e gmelina arborea. Por enquanto, existem 3 mil hectares de gmelina arborea, mas a empresa já comprou 5 mil hectares e pretende-se ampliar o projeto a 8 mil hectares.

Esta atividade, por sua vez, abrange ações de desmatamento, geralmente de madeiras nobres, na medida em que limpam a área para as plantações. Conforme as referidas denúncias, apresentadas perante a Procuradoria Ambiental em Manágua, a empresa -- como parte do manejo florestal-- ateou fogo ilegalmente nos restos de lavouras e nas madeiras que não eram nobres. O fogo avançou de maneira perigosa sobre as propriedades vizinhas. Isso foi constatado por uma visita ao local realizada por integrantes de Comunidad Ambientalista em novembro de 2005.

No mês seguinte os jovens continuaram com esse caso em Manágua, mas depararam-se com uma surpresa nada agradável ao saber que o caso tinha sido arquivado e nem sequer tinham conhecimento dele. Novamente, com o esforço do compromisso juvenil, arrecadaram fundos a partir de concertos de música e da venda de camisetas para ir em comissão até a área e visitar o local, documentar o prejuízo e tirar fotos. Ali observaram que já existem 5.000 hectares compradas, as árvores aparecem numeradas e a plantação avança. Aparentemente a empresa planeja ampliar as plantações a 8 mil hectares.

Durante os três dias que os jovens estiveram no local, apoiados pela comunidade que deu abrigo e comida para eles, observaram que numerosos mananciais e pequenos riachos se secaram e que a água saia com uma coloração esbranquiçada. Por outro lado,

verificaram irregularidades na atuação da empresa. Segundo denunciam, ela passou por cima da lei municipal e se apresentou diretamente perante o Ministério da Agricultura e Florestal (MAG-FOR), que teria fornecido as permissões de corte (tanto da floresta secundária quanto da floresta primária fiscalizada), quando na verdade deveria ter sido a autoridade municipal do INAFOR (Instituto Nacional Florestal).

Os jovens informam que a empresa tentou se reunir com eles, fato que não aceitaram, pois também tinham sido informados das tentativas de subornar com cinco mil dólares alguns dos líderes do grupo voluntário juvenil local.

A posição das organizações juvenis é: Não Queremos Empresas Gmelineiras no Município!

Artigo elaborado em base à informação pessoal enviada por Engels Obregón, Comunidad Ambientalista, endereço electrónico: eobregongautama@yahoo.com

- Papua Nova Guiné: ONGs locais impugnam empréstimo do Banco Mundial para programa de plantação de dendezeiros

A Papua Nova Guiné possui um sistema de terras comunais que tem permitido que a maioria das comunidades rurais obtenha uma renda decente do livre e fácil acesso à terra, à água limpa e à abundância dos recursos naturais. No entanto, a introdução de plantações de cultivos comerciais socava seus sistemas e estruturas tradicionais, ocasionando impactos ambientais e sociais negativos.

O caso do dendezeiro é um exemplo disso. Geralmente imposto de fora e orientado para a exportação, se baseia em financiamento do Banco Mundial. No entanto, o projeto tem enfrentado a oposição local. Os pequenos proprietários de terras têm advertido aos que têm interesses no dendezeiro que fiquem fora de suas terras (vide Boletim do WRM N° 74). Agora, considerando a próxima reunião da Diretoria do Banco Mundial que vai tratar da aprovação do desembolso para a Papua Nova Guiné -empréstimo para o Desenvolvimento Agrícola dos Pequenos Proprietários P079140- várias ONGs da Papua Nova Guiné estão opondo-se fortemente a ele e têm feito circular uma carta pedindo apoio, endereçada à Diretoria Executiva do Grupo do Banco Mundial, solicitando-lhe que não aprove mais empréstimos para as plantações de dendezeiros e seu processamento.

Esse tipo de programa não vai beneficiar as pessoas. Sua reivindicação está bem fundamentada, como expõe a carta: “A plantação de dendezeiros apresenta riscos: Opomo-nos a ter mais projetos de dendezeiros na Papua Nova Guiné, por causa dos problemas sociais e ambientais adversos verificados em áreas de plantações dendezeiros já existentes. O preço do dendezeiro depende muito do preço mundial da mercadoria, que pode ser volátil. Em virtude do programa de expansão massiva dos dendezeiros em outros países, especialmente na Indonésia, o risco de uma queda no preço é muito alto.”

“O dendezeiro destrói o meio ambiente: o documento do projeto do Banco Mundial minimiza o impacto ambiental do dendezeiro. Nosso país já tem sofrido os impactos adversos do dendezeiro nas províncias onde é cultivado. Os antecedentes da PNG para garantir a sustentabilidade ambiental são péssimos. A capacidade de monitorização do

Departamento de Meio Ambiente e Conservação está limitada por uma crônica falta de recursos. Não possui nem a capacidade nem a perícia necessária para monitorizar os amplos e relativamente complexos problemas ambientais relacionados com os dendezeiros.”

“O dendezeiro constitui desenvolvimento adverso: mais de duas décadas de cultivo de dendezeiros na Papua Nova Guiné têm tido, quando muito, poucos resultados reais de desenvolvimento para nosso país. Na realidade, percebemos uma regressão nas condições e padrões de vida em locais onde o dendezeiro é cultivado. Nosso Governo oferece estímulos fiscais tributários e créditos de impostos para os operadores da indústria do dendezeiro, mas isso limita consideravelmente os benefícios econômicos para a PNG. Os produtores que trabalham arduamente e suam com a esperança de melhores padrões de vida -como prometeram aqueles que os envolveram no cultivo dos dendezeiros- estão desanimados e aborrecidos porque lhes fizeram simples promessas vazias enquanto os recursos dos que dependem para sua sobrevivência estão agora degradados e poluídos. Grande parte de sua renda do cultivo de dendezeiros está destinada a pagar os custos incorridos no estabelecimento de suas plantações de dendezeiros.”

“Os dendezeiros são impostos a nosso povo: os cultivadores de dendezeiros nos informam que eles cultivam dendezeiros somente porque precisam de dinheiro para pagar pelas sempre crescentes matrículas das escolas, para que seus filhos possam educar-se. Ironicamente, as matrículas das escolas nos foram impostas precisamente porque nosso governo leva em consideração o conselho de um poder estrangeiro como o Banco Mundial de adotar o sistema de pagamentos do usuário, para que as receitas sejam alocadas para reembolsar a dívida. Para uma nação em desenvolvimento como a PNG, a educação e os serviços de saúde básicos são serviços essenciais que deveriam ser áreas prioritárias para alocar as receitas que a PNG obtém de outros setores. O Banco Mundial deveria exercer pressão sobre nossas lideranças para que satisfaçam essas necessidades e responsabilidades fundamentais, e não sobre os papuásios para que sacrifiquem as terras férteis, as florestas prístinas e os cursos de água saudáveis por um cultivo comercial que nenhuma nação industrializada rica do mundo quer ter em seu próprio território. É óbvio que as nações ricas estão simplesmente impondo o cultivo de dendezeiros em países como a PNG porque requer mão de obra intensiva, é ávido de nutrientes e polui, para que sua indústria possa ter acesso a azeite barato.”

O projeto também é negativo para o país: “Os dendezeiros aumentam o problema da balança de pagamentos para a PNG: os cultivadores baseiam-se excessivamente em uma monocultura comercial. O que resta de sua renda arduamente obtida do cultivo dos dendezeiros simplesmente acaba enriquecendo às corporações estrangeiras, devido ao amplo consumo de arroz importado da Austrália, peixe e carne em lata e uma grande variedade de outros produtos de consumo de má qualidade da Indonésia e da China. Isso aumenta nossa balança de pagamentos. A PNG deveria ser assistida e apoiada para produzir alimentos e outras necessidades domésticas internamente, para que o dinheiro circule dentro do país em benefício de nossas comunidades e para reduzir a precária balança de pagamentos do país.”

“Aumenta o endividamento nacional: esse empréstimo, se for aprovado, vai aumentar a carga da dívida da Papua Nova Guiné, sem obter qualquer desenvolvimento real. Receamos que aumentar o nível da dívida considerando o fracasso de um bom governo

levará à desvalorização adicional do Kina [moeda local], acrescentando uma carga maior para nosso povo e precioso meio ambiente. Isso vai levar inevitavelmente a mais privações para nosso povo e maior pressão para explorar o relativamente saudável meio ambiente, do que mais de 80% de nosso povo depende para sua sobrevivência. Isso é essencialmente criação de pobreza, não redução!”

Além disso, o financiamento ingressa a um país onde o bom governo está em debate: “O Governo da Papua Nova Guiné não presta contas. A Papua Nova Guiné tem longos antecedentes de fracassos no governo, de má gestão e mal uso dos fundos públicos por aquelas pessoas no poder. Isso tem feito com que a maioria da assistência para o desenvolvimento seja inútil e ineficaz.”

“Atividade bancária imprudente. É irresponsável que o Banco Mundial desembolse um empréstimo para esse projeto, considerando o fracasso do Projeto Florestal e de Conservação (FCP). No ano passado, o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) teve que cancelar seu empréstimo para um projeto similar titulado o projeto Nucleus Agro-Enterprises (Agro-empresas Núcleo) por causa da má gestão financeira. Como o risco envolvido é alto e o Banco Mundial possui pouca influência sobre os resultados como prestamista, é uma má prática bancária empreender mais um projeto para a expansão dos dendezeiros e outorgar outro empréstimo à PNG.”

Riscos demais por causa da indústria do dendezeiro: “A PNG fica endividada para subsidiar a indústria do azeite de dendê: Apesar de que o documento do projeto alega que é um programa que aumentaria a renda para a PNG é na realidade um subsídio para a indústria. Nosso povo, especialmente os cultivadores que o Banco Mundial têm identificado como precisando assistência para sair da pobreza, têm acabado suportando a maior parte da carga da dívida. É sobre essa base que as comunidades têm começado a rejeitar os projetos de dendezeiros, como fica evidenciado pelas declarações de protesto anexas para sua referência.”

As ONGs acabam denunciando que o empréstimo contradiz os Objetivos Nacionais e Princípios Diretores: “Nossa Constituição Nacional enfatiza as empresas em pequena escala e o respeito pelas características próprias da PNG, pelo desenvolvimento humano integral para nosso povo, pelo uso e gestão prudentes de nossos recursos naturais para agora e para o futuro. Se o Banco Mundial está genuinamente interessado no desenvolvimento na PNG, os cinco princípios diretores da Constituição fornecem um marco sólido para um enfoque de desenvolvimento único que achamos será mais beneficiador para nosso país.”

A carta completa está disponível em

<http://www.wrm.org.uy/countries/PapuaNG/WBLetter.htm>

- Laos: gigantes do papel da Índia e do Japão atacam

Por mais de uma década uma rede de interesses tem impulsionado as plantações industriais de árvores no Laos. A organização principal é o ADB (Banco Asiático de Desenvolvimento). Em 1993, o governo laosiano aprovou o TFAP (Plano de Ação sobre a Floresta Tropical), levado a cabo com fundos do ADB e do Banco Mundial,

entre outros. O TFAP recomendou cortar as florestas e estabelecer plantações industriais de árvores nas áreas de floresta degradada.

Logo depois, o ADB começou seu Projeto de Plantação Industrial de Árvores, que comandou até 2003. O ADB classificou este projeto de “malsucedido”. Uma avaliação do projeto por parte do Banco afirmou que “as pessoas caíram ainda mais na pobreza” como consequência dele (vide Boletim WRM 103). Impassível, o ADB começou um novo projeto de Desenvolvimento de Plantações Florestais em janeiro de 2006. Este novo projeto de seis anos acelera o processo de substituição da terra comunal, dos campos e das florestas por monoculturas e visa a “promover uma área suficientemente grande de plantações industriais como para atrair uma fábrica de celulose e/ou uma ou mais fábricas de MDF (chapas de fibra de madeira de densidade média) na República Democrática Popular do Laos em um futuro não muito distante”.

Em fevereiro de 2005, um par de meses depois da realização da Oficina de Consulta do Setor Privado em Vientiane, apoiado pelo ADB, a Oji Paper adquiriu a concessão de 154.000 hectares da BGA Lao Plantation Forestry em Laos, um terço da qual a empresa planeja explorar através de plantações industriais de árvores. A Oji Paper é uma das maiores empresas de celulose e papel do Japão e ocupa o sexto lugar em volume entre as produtoras de papel e papelão do mundo. A empresa possui um total de 140.000 hectares de plantações no exterior (na China, no Vietnã, na Austrália, na Nova Zelândia e no Brasil).

Em março de 2006, o grupo índio Aditya Birla anunciou que vai investir US\$350 milhões em plantações industriais de árvores e em uma fábrica que dissolve 200.000 toneladas de celulose ao ano no Laos. O governo laosiano deu ao grupo 50.000 hectares em arrendamento por 75 anos. Três empresas, todas pertencentes ao grupo Aditya Birla, vão investir no projeto: a Grasim Industries (da Índia), que terá 51%; a Thai Rayon (da Tailândia); e a PT Indo Bharat Rayon (da Indonésia).

Planejam construir a fábrica de celulose sete anos depois de os primeiros eucaliptos serem plantados. A celulose será exportada às fábricas de raio do grupo Aditya Birla na Tailândia, Índia e Indonésia.

As vendas anuais do grupo Aditya Birla chegam a US\$7,6 bilhões. O grupo descreve-se a si próprio como “a primeira corporação verdadeiramente multinacional da Índia”. O Grupo possui sete plantas de polpa e fibra na Índia, Tailândia, Indonésia e no Canadá, com uma capacidade total de 775.000 toneladas ao ano. É a maior produtora do mundo de fibra viscosa estável. O presidente do grupo, Kumar Birla, é uma das pessoas mais ricas do mundo, com um patrimônio líquido de US\$4,4 bilhões, segundo a revista Forbes.

Nos últimos meses recebi vários relatórios de testemunhas oculares sobre os impactos das plantações industriais de árvores no Laos. Seguem-se os trechos editados desses relatórios que, infelizmente, deverão permanecer anônimos.

“Dirigindo pela estrada 13, fica evidente”, escreve um observador, “que o que eram florestas saudáveis na planície entre cinco e dez anos atrás, agora estão se tornando

plantações de eucalipto, que incluem as antigas florestas nas planícies alagadiças de Nam Hinboun e Nam Pakan”.

A Oji Paper está cortando grandes áreas de florestas perto da represa Theun Hinboun financiada pelo ADB, entre a estrada 13 e o rio Hinboun. “Ali é um verdadeiro desastre”, me diz um crítico anônimo. “Muitas pessoas, que já sofreram com a perda de peixes no rio Hinboun por causa da represa, agora têm mais um problema com as plantações. A empresa agora está se apoderando de toda classe de florestas. O processo de alocação de Terras e Florestas (do governo do Laos) fracassou totalmente neste sentido, porque o processo não consegue manter ou fornecer florestas aos moradores, mas está colaborando com as empresas para cortar as florestas e ajudando-as a tomar toda a terra das pessoas, as quais estão ficando sem espaço nem para respirar agora. O ADB não tem vergonha de afirmar que ajuda os pobres e as florestas”.

O ADB e o governo do Laos afirmam que as plantações só se fazem nas florestas degradadas. Mas, “florestas degradadas muitas vezes é outra expressão para florestas saudáveis em recuperação com amplo valor útil para os moradores do local e com biodiversidade de flora e fauna”, como outro escritor salienta.

O problema é que o ADB parece incapaz ou sem vontade de entender que os habitantes do local dependem para sua sobrevivência das florestas e das terras de uso comum. Um observador descreve como as pessoas do local coletam “resina, lenha, cogumelos, insetos e rãs na estação úmida e grama para o telhado”, de “florestas dipterocarpaceas secas gravemente afetadas,” e também utilizam a terra para pastar o gado.

“As pessoas concluem que as plantações não são para seu próprio benefício mas para o benefício das empresas”, escreve outro crítico. “As pessoas do local perderam sua terra. As plantações de eucaliptos deviam fazer parte da reflorestação e deviam ser realizadas em florestas degradadas.

Mas os moradores do local dizem que as plantações de eucalipto são muito diferentes das florestas.”

Por Chris Lang, endereço eletrônico: chrislang@t-online.de,
www.chrislang.blogspot.com

- Uruguai: o FSC disfarça de verde as monoculturas de árvores

Duas grandes empresas florestais nacionais (a FYMNSA e a COFUSA), uma finlandesa (a Botnia-UPM/Kymmene) e uma espanhola (a Ence-Eufores), têm recebido o certificado do FSC (Forest Stewardship Council ou Conselho de Manejo Florestal). Esse certificado permite às empresas garantir que suas “florestas” (de eucaliptos e pinus!) são manejadas de forma ambientalmente apropriada, socialmente benéfica e economicamente viável. Pelo menos isso é o que sustenta o mandato do FSC. No entanto, um recente estudo levado a cabo no Uruguai evidencia exatamente o oposto.

No tocante à biodiversidade, resulta insólito que nenhuma das empresas certificadoras faça referência ao principal ecossistema do país (a pradaria), onde se desenvolve o maior número de espécies vegetais, das que por sua vez depende grande parte da fauna nativa. A explicação é simples: as plantações estão estabelecidas precisamente em

pradarias. As opções então eram apenas duas: ou ignorar o problema ou recusar a certificação. A SGS e a SmartWood (as duas certificadoras envolvidas), optaram obviamente pela primeira opção.

Para piorar a situação, essas grandes monoculturas certificadas estão tendo impactos sobre a água, o que envolve efeitos em cadeia sobre as numerosas espécies de vegetais e animais relacionadas com zonas úmidas, lagoas e cursos de água, que desaparecem ou diminuem seu vazão. Ao mesmo tempo, têm impactos sobre a pouco estudada flora e fauna dos solos, para as que grande parte dessas plantações constituem um deserto alimentar ou um ambiente tóxico.

Além disso, as mudanças na biodiversidade geradas por essas monoculturas certificadas têm causado impactos sobre os moradores locais. Com efeito, esses desertos alimentares para a fauna local carecem de pessoas. Isso faz com que sejam excelentes refúgios para javalis e raposas, que se alimentam das produções agropecuárias da área, matando cordeiros e aves de curral, bem como dos cultivos dos agricultores, fazendo com que seja quase impossível a supervivência dessas pessoas.

Ao mesmo tempo, a quebra do equilíbrio ecológico decorrente dessas vastas monoculturas de árvores tem deixado o caminho livre para um grande aumento nas populações de cobras peçonhentas que ameaçam a vida dos trabalhadores florestais e das populações vizinhas (e seus animais), que agora acham essas perigosas cobras até dentro de suas casas.

Por essas e outras razões verificadas no estudo mencionado, fica claro que não se trata de um manejo “ambientalmente apropriado” dos recursos naturais.

Do ponto de vista social, confirmou-se que essas plantações geram mudanças negativas no meio rural (latifundiária e estrangeirização da terra, despovoação do meio rural, desaparecimento de outras atividades produtivas, impactos sobre outras produções agropecuárias), escasso emprego e sob condições de trabalho precárias (sistemas de empreiteiras, trabalho temporal, baixos salários, trabalho por peça, escasso cumprimento das leis do trabalho) e são poucos os benefícios que trazem para as comunidades locais. Portanto, não é possível afirmar que constituam um manejo “socialmente benéfico”.

Do ponto de vista econômico, o estudo mostra que as empresas plantadoras têm recebido todos os tipos de apoios diretos e indiretos do Estado (subsídios, isenções tributárias, empréstimos suaves, construção de rodovias, manutenção de caminhos rurais afetados pelos pesados caminhões vinculados às atividades dessas empresas). Esses apoios econômicos diretos, junto com a externalização dos impactos ambientais (sobre a água, a flora e a fauna) e sociais (mão de obra barata e más condições de trabalho através do uso do sistema de sub-empreiteiras, prejuízos a outras atividades rurais) têm sido fundamentais para viabilizar economicamente uma atividade que sem esses apoios tivesse sido inviável. Isto quer dizer que de nenhum jeito constituem uma atividade “economicamente viável”.

A conclusão é clara: as grandes monoculturas de árvores implantadas no Uruguai não deveriam ter sido certificadas pelo FSC, justamente porque são “ambientalmente impróprias, socialmente prejudiciais e economicamente inviáveis”. A certificação

disfarça de verde uma atividade cada vez mais questionada no Uruguai e debilita os que procuram um modelo de desenvolvimento ambientalmente apropriado e socialmente benéfico ... que é justamente o que a maioria dos membros do FSC querem que a certificação apóie.

* O estudo “El maquillaje verde de la forestación en Uruguay: análisis crítico de plantaciones certificadas por el FSC”, por Ricardo Carrere, será publicado em breve em espanhol e em inglês.

- Árvores GM: os países exigem uma moratória global na COP8 da CBD

O crescente uso da biotecnologia no setor florestal tem levado à expansão da plantação de árvores geneticamente modificadas em pelo menos trinta e cinco países. Apesar de que, de acordo com a FAO, a maioria da pesquisa se limita aos laboratórios, muitos milhões de árvores GM já têm sido liberados em testes a campo aberto na China, na América do Norte, na Austrália, na Europa e na Índia, e em menor grau, na América do Sul e na África.

No caso da China, a Agência Florestal do Estado é incapaz de seguir a pista dos 1.400.000 choupos GM (*Populus nigra*) plantados até agora, modificados para serem inférteis e resistentes a pestes. Estão sendo considerados planos para aumentar as plantações de árvores GM na China. Os pedidos para testar árvores GM no campo nos EUA têm aumentado mais de 70 por cento em quinze anos. Um projeto do governo brasileiro para seqüenciar todo o genoma da árvore de eucalipto é financiado por companhias que estavam à cabeça de uma sondagem, representando o pior projeto de sumidouros de carbono na conferência COP9 em Milão em 2003. No entanto a FAO enganosamente descreve o projeto “Genolyptus” no Brasil como “pesquisa biotecnológica inovadora”

No meio do risco crescente das árvores GM, sinais de alarme têm estado soando sobre seus impactos. Agora parece que alguns países têm dado atenção a eles. Em 22 de março, na Oitava Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica realizada neste mês em Curitiba, Brasil, representantes de países do mundo inteiro pediram uma moratória à liberação das árvores geneticamente modificadas no meio ambiente.

O Irã foi o primeiro país a introduzir o assunto da moratória, reconhecendo que as árvores GM vão piorar os problemas existentes com as plantações de monoculturas de árvores. Como a CBD é a parte responsável desse assunto, o Irã salientou a necessidade de que essa entidade deveria impor a moratória e lançar uma avaliação de risco global a respeito das árvores GM.

A proposta da moratória foi apoiada por nove países -Gana, Equador, Egito, Irã, Madagascar, Malauí, Filipinas, Ruanda e Senegal. A Gana disse que se deu atenção ao assunto das árvores GM mas estão surgindo preocupações a respeito dos impactos das árvores GM sobre as florestas e a saúde humana. “O parágrafo 9 da recomendação SBSSTA [‘nova era relativa ao acesso a recursos genéticos’] é muito débil. O que é que a COP vai fazer? Deve enviar-se uma mensagem mais forte. Estamos contentes com a sugestão do Irã a respeito da moratória”, salientou um representante ganense.

A justificação para a proibição da liberação comercial no meio ambiente também tem sido explicada no “Documento Informativo sobre Árvores Transgênicas” emitido na COP-8 da CBD por Global Justice Ecology Project, EcoNexus, Amigos da Terra Internacional, Global Forest Coalition e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais: “A atividade de engenharia genética na pesquisa florestal é principalmente empresarial, modelada pelos imperativos do investimento privado, as forças do mercado e as instituições regulamentárias do governo. Criam-se novos fenótipos de árvores como meio de aumentar o valor para os acionistas das companhias investidoras. E apesar de que os potenciais benefícios irão para os acionistas, fica claro que os riscos ecológicos de determinadas características transgênicas modificadas nas árvores vão ser provavelmente compartilhadas por todos. O investimento privado na biotecnologia florestal está ... incentivando a criação de novos fenótipos transgênicos em árvores a uma taxa que está superando a deliberação sobre políticas públicas e a avaliação científica das preocupações ambientais específicas das árvores”, estabelece o documento.

“[A liberação comercial das árvores GM] poluirá inevitavelmente e irreversivelmente os ecossistemas de florestas nativas, que por sua vez se transformam em poluentes em um ciclo interminável. Os potenciais efeitos da liberação comercial das árvores transgênicas incluem a destruição da biodiversidade e da fauna e flora silvestres, a perda de água potável, a desertificação dos solos, o colapso dos ecossistemas de florestas nativas, importantes mudanças nos padrões dos ecossistemas e sérios impactos sobre a saúde humana. Apesar de todas essas previsíveis conseqüências desastrosas, não foram levadas a cabo avaliações profundas do risco da liberação das árvores transgênicas. As comunidades rurais e indígenas em e ao redor de países que promovem as plantações de árvores transgênicas com fins comerciais suportarão a maior carga dos impactos negativos das árvores transgênicas”.

“Os potenciais impactos sobre a saúde humana apenas estão começando a conhecer-se. Os riscos para a saúde incluem maior exposição a químicos perigosos aplicados às plantações de árvores transgênicas e efeitos nocivos pela inalação do pólen das árvores que produzem a toxina bacteriana Bt. Submeter as árvores a engenharia genética para produzir a toxina Bt poderia ser bem mais perigoso. Sabe-se que os pinus têm grande polinização e que espalham o pólen por centenas de quilômetros. O estabelecimento de plantações de pinus que produzem o pólen Bt poderia levar potencialmente a mais vastos surtos de doenças”.

“Como a modificação genética em árvores já está entrando na fase comercial com o populus geneticamente modificado na China, é muito importante que sejam levados a cabo estudos de avaliação do risco com protocolos e metodologias convindas em nível nacional e internacional. Também é importante que os resultados desses estudos sejam colocados à disposição de todos.”

O relatório conclui que: “Os efeitos nocivos das plantações de monoculturas de árvores convencionais com fins industriais já estão bem documentados e existe resistência às mesmas no mundo inteiro. Além disso, as plantações de árvores transgênicas somente podem piorar os problemas existentes. Acrescente-se a isso a total falta de uma avaliação de risco verossímil da liberação das árvores transgênicas, especialmente em escala global, para que resulte lógico que não deve haver qualquer outro avanço no

desenvolvimento comercial das plantações de árvores transgênicas. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) das Nações Unidas deve impor uma moratória sobre a tecnologia e lançar uma análise aprofundada e global dos riscos da liberação de árvores transgênicas.”

Artigo baseado em informação de: “Briefing Paper on Transgenic Trees - Agenda Pt. 26.1 – CBD COP-8, Curitiba, Brazil”, <http://www.wrm.org.uy/actors/BDC/COP8.pdf>; comunicação pessoal de Orin Langel, Global Justice Ecology Project e STOP GE Trees Campaign, e membros da Global Forest Coalition; “UN Cautions Over GM trees”, Sam Burcher, Comunicado à Imprensa ISIS 12/10/05, <http://www.isis.org.uk/UNCaution.php>

- Chile: fábrica de celulose destrói biodiversidade e meios de vida das pessoas

Os cisnes-de-pescoço-preto tinham como habitat o Santuário da Natureza Carlos Anwandter do rio Cruces, sítio Ramsar, localizado ao norte da cidade de Valdivia, na região X. O cisne-de-pescoço-preto (*Cygnus melancoryphus*) é uma ave migratória nativa da América do Sul. Os locais onde mora são os humedais do sul do Brasil, Uruguai, quase toda a Argentina e o Chile da região IV à XI. Alimenta-se de vegetais e no rio Cruces de uma alga, a elódea. Além de que o cisne-de-pescoço-negro passou a fazer parte da identidade local, o Santuário do Rio Cruces permitiu o desenvolvimento de uma importante corrente turística que redundava em uma fonte de renda e de trabalho importante para os habitantes do local.

A começos de 2004, a 32 quilômetros ao sudoeste do humedal, começou a funcionar a fábrica de celulose Arauco y Constitución (CELCO), filial florestal do Grupo Angelini. A fábrica funciona com sistema de branqueamento ECF (que utiliza dióxido de cloro) alimentada de pinheiros de extensas plantações de monocultivos, e despeja seus efluentes no rio Cruces.

Menos de um mês depois de a fábrica começar a funcionar, as povoações de San José de la Mariquina (a uns 6 km ao oeste da fábrica), Lanco e Loncoche (a uns 30 km ao norte) e Valdivia (a uns 60 km ao sul), protestaram pelo insuportável cheiro que provinha da fábrica (Vide Boletim Nº 83 do WRM). Em outubro desse ano houve um alarme por uma anormalidade no humedal, que foi conferida pela presença de cisnes mortos e moribundos. Isso foi atribuído à falta de alimento, pois achou-se que a elódea e outras algas estavam secas. A Universidade Austral de Valdivia apresentou um relatório onde se mostrou que os metais pesados (incluído o alumínio) que a fábrica de papel despejava na água tinham destruído a elódea, provocando a morte de 500 aves em um total de 5.000 que rapidamente emigraram.

Por outro lado, o diagnóstico de um relatório da World Wildlife Foundation divulgado no dia 22 de novembro 2005, confirma as reiteradas denúncias de que o movimento cidadão de Valdivia tem realizado durante mais de um ano, e que as autoridades não têm respondido. Por sua vez, o Serviço Agrícola e Pecuário do Chile encomendou uma análise de concentração de dioxinas e furanos policlorados em tecidos de cisnes-de-pescoço-preto (“Estudo sobre a origem de mortandades e diminuição populacional de aves aquáticas no Santuário da natureza Carlos Anwandter na província de Valdivia”), a um laboratório dos Estados Unidos. Os resultados indicam a presença de dioxinas e

furanos policlorados e prova que as fábricas de celulose que realizam o branqueamento com dióxido de cloro emitem dioxinas e furanos, substâncias de extrema toxicidade, persistentes e bioacumuláveis no ambiente.

Perante a catástrofe do rio Cruces, a povoação de Valdivia, com seus 320 mil habitantes, reagiu com prontidão criando uma associação: Ação pelos Cisnes. A multitudinária e incessante participação e denúncia deu ao problema ambiental uma estatura política que levou o caso a um nível internacional. Até, alguns eurodeputados se interessaram pela catástrofe e promoveram uma revisão do Acordo de Livre Comércio entre a União Européia e o Chile. Porém, isto acaba sendo irônico pois são os países do Norte que têm promovido um consumo insustentável de papel e sua demanda de matérias-primas é um fator que incentiva a exportação de celulose desde o Sul, com os desastres sociais e ambientais que isso provoca. A produção de celulose para exportação vem impondo-se em muitos países do sul, pródigos em terras produtivas, climas benignos, mão-de-obra barata e governos endividados. O bom negócio para alguns se faz à custa do ambiente e das povoações locais, que sofrem por dois lados: pelos efeitos destrutivos dos monocultivos florestais e pela poluição da indústria da celulose.

Apesar de a fábrica de CELCO ser objeto de multas e clausuras temporárias impostas pela Comissão Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) durante 2005, ela continua tendo o apoio do governo chileno. Para muitos ecologistas, a CONAMA tinha sido pressionada durante a presidência de Eduardo Ruiz-Tagle para aprovar o projeto da fábrica.

Enquanto isso, os cisnes morreram ou emigraram, a fábrica continua poluindo, os vizinhos vem ficando cada vez mais pobres com a desapareição das atividades turísticas e a poluição de seus cultivos, e sua saúde é afetada pelas emissões e efluentes da fábrica. Mas a mobilização do povo de Valdivia também continua sem descanso em defesa de sua biodiversidade. O Movimento Cidadão Ação pelos Cisnes, o Conselho de Lonko de Pikunwijimapu, a Comunidade Indígena do Tralcao e a Associação Gremial dos Armadores de Valdivia apresentaram duas ações legais, que estão em trâmite: uma investigação criminal na Promotoria de Justiça de Valdivia e uma demanda do Conselho de Defesa do Estado. Além disso, desde que a fábrica Valdivia de CELCO começou a funcionar foram interpostos dois Recursos de Proteção, embora ambos os dois foram revogados. Também não pararam as mobilizações. No mês de janeiro deste ano, mais de 2 mil pessoas marcharam contra a poluição dos rios valdivianos e exigindo o fechamento de Celco.

O lema é: ¡por uma nova região dos rios, sem poluição! "Não queremos que daqui a um ano anunciem que o Santuário está poluído, porque isso todo mundo já sabe, nós pedimos que a Celco seja fechada, pois é um segredo de polichinelo que essa empresa é responsável do desastre ecológico", indicou José Araya, do grupo Ação pelos Cisnes.

Artigo baseado em informação obtida do site de Ação pelos Cisnes, <http://www.accionporloscisnes.org/> ; "Las papeleras de Michelle", Por Eduardo Basz, <http://www.rionegro.com.ar/arch200602/01/o01j01.php>; "Plantas de celulosa que utilizan dióxido de cloro emiten dioxinas y furanos: la evidencia chilena", comunicado de RAPAL-Uruguai, 8 de novembro de 2005, <http://www.guayubira.org.uy/celulosa/evidencia.html>

